



ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE EM SANTARÉM (PA)

ANA CLÁUDIA, Duarte Cardoso (1); TAYNARA, do Vale Gomes (2); KAMILA, Diniz Oliveira (3);

(1) Universidade Federal do Pará; doutora; Belém – Pará;

(2) Universidade Federal do Pará; mestrandia; Belém – Pará; taynaragomes@gmail.com

(3) Universidade Federal do Pará; graduanda; Belém – Pará; kamiladinizoliveira@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a diversidade socioespacial encontrada na cidade de Santarém e toma como objeto de análise quatro contextos de orla da cidade de Santarém: o Centro Histórico, a orla ribeirinha, a área quilombolas e o assentamento extrativista, na busca por qualidades urbanas que melhor representem a diversidade encontrada nas cidades amazônicas. Além da revisão bibliográfica sobre o tema, foram realizadas entrevistas, contagens, observação e levantamento fotográfico nas áreas de estudo, buscando entender a dinâmica e as relações estabelecidas em cada contexto e avaliar o desempenho espacial de cada recorte. Santarém revela o potencial que o contexto amazônico possui e mostra que a urbanização contemporânea precisa permitir que novas trajetórias sejam incorporadas de acordo com as especificidades do lugar.

Palavras-chave: Diversidade socioespacial; espaços públicos; Orla; Populações tradicionais.

PUBLIC SPACES AND DIVERSITY IN SANTARÉM (PA)

ABSTRACT

This article presents the socio-diversity found in the city of Santarém and takes as its object of analysis four areas in the city's waterfront: the Historical Center, the riverside area, the maroon area and extractive settlement in the search for urban qualities that best represent the diversity found in Amazonian cities. In addition to the literature review on the topic, interviews, counts, observation and photographic survey were conducted in the study areas, seeking to understand the dynamics and the relations established in each context to assess the spatial performance of each area. Santarém reveals the potential that the Amazon region offers and shows that contemporary urbanization must allow new trajectories to be incorporated according to the specificities of each place.

Key-words: *socio spatial diversity, public spaces, waterfront, traditional communities;*





INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste artigo são os gradientes de tipologias de espaços públicos observados em Santarém, principal cidade do Oeste Paraense, e atual núcleo metropolitano¹ onde arranjos polinucleares são observados em todas as escalas territoriais - nas áreas urbana, periurbana e metropolitana, e múltiplas determinações (formas de vida e de produção) co-existem e ainda se observa resistências claras à tendência contemporânea de desvalorização da natureza e dos espaços verdes, livres e públicos. Neste contexto, o objetivo do texto é investigar (identificar, classificar, avaliar) os espaços públicos localizados próximos às margens de rio, que estão sob disputa por lógicas de ocupação distintas, para identificar o que diferencia soluções espaciais social e ambientalmente bem-sucedidas (que satisfazem as demandas da população e garantem uma relação equilibrada com o meio ambiente), e oferecê-las como subsídio a uma ação urbanística mais qualificada nos espaços públicos da região.

Santarém está localizada na margem dos Rios Amazonas e Tapajós (ver figura 01 e 02), e foi formada a partir da incorporação de diversas comunidades tradicionais (ver quadro 01) pela cidade portuguesa (fundada em 1661), que a partir da integração nacional (anos 1970) foi atravessada pela Rodovia Santarém Cuiabá (BR 163) e pela PA 370. Sua formação tem o registro dos diversos processos de colonização e também de resistências às transformações, na medida em que migrantes introduzem o padrão hegemônico de urbanização difundido pelos centros de comando desses processos (as metrópoles nacionais e internacionais), tanto a partir da atuação do setor público (ex.: conjuntos habitacionais) quanto do setor privado (ex.: produção privada de habitação).



Figura 01: Localização do município de Santarém. Fonte: IBGE, 2010.

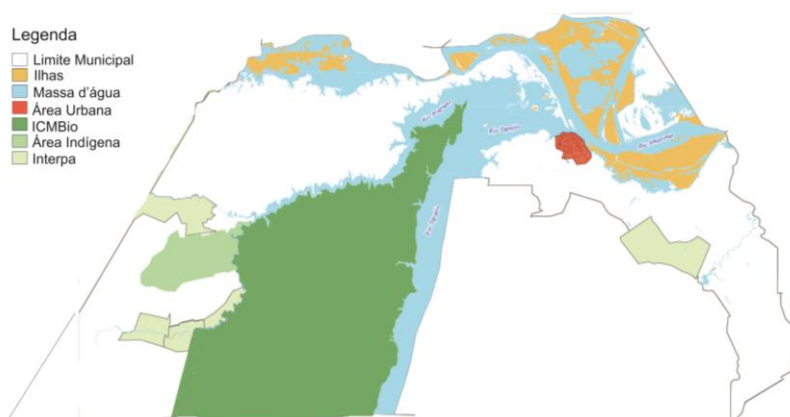


Figura 02: Localização da área urbana de Santarém. Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Taynara Gomes

¹ A lei da complementar de criação da Região Metropolitana de Santarém (Lei Estadual nº79) foi aprovada em 17 de janeiro de 2012 .

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Ribeirinhos: Residem nas margens dos rios e depende tanto do rio quanto da terra para desenvolver suas atividades de subsistência (a pesca, coleta e a agricultura). Seu excedente é vendido nas feiras da cidade e nos festivais de produtos típicos. Seu modo de vida se adapta às condições da natureza: ao ciclo das cheias, períodos de chuvas, ciclos de plantações. Muitos associam esse modo de vida à condição de precariedade, já que as políticas públicas não atendem as especificidades das suas práticas. Quando os investimentos são realizados assumem sua conversão ao modo de vida “moderno” da cidade, afastando-os do rio e de terrenos que possibilitem sua dinâmica. Apesar de ocuparem as margens dos rios, sua inserção no território é originalmente pouco agressiva ao meio ambiente, nas cidades o adensamento e a carência de infraestrutura são um desafio. As soluções de acesso aos serviços urbanos emergem do saber tradicional e da solidariedade entre indivíduos. O que o Estado não provê, a comunidade resolve com os recursos disponíveis na natureza: das construções das casas, estivas, festas no bairro, aterro, campinho de futebol, entre outros.



Figura 03 e 04: modos de vida ribeirinho em Santarém. Autor: Taynara Gomes, 2016.

Indígenas: A população indígena vive e é protegida em terras indígenas, mas a migração para as cidades é um fenômeno cada vez mais comum, devido à ausência de investimentos do governo brasileiro em políticas e programas de etnodesenvolvimento, que fomentem a produção e o desenvolvimento dessas populações em suas próprias terras.

O modo de vida indígena assume que o homem é uno com a natureza, o respeito com a floresta e aos recursos naturais limita o seu uso para a satisfação de necessidades básicas, para evitar o comprometimento do usufruto dos mesmos pelas gerações futuras. Na busca por melhores condições de vida, oportunidades, melhor infraestrutura e acesso aos serviços, essa população tenta se inserir em um contexto urbano de base moderna industrial. Essa migração da aldeia para a cidade faz o indígena passar por um processo de redefinição de sua identidade a partir da manutenção da língua, de práticas sociais e religiosas características de sua etnia.



Figura 05 e 06: Modo de vida indígena em Santarém.

Fonte:

<http://blogdohrba.blogspot.com.br/2012/09/diretores-do-hospital-regional-de.html>





Quilombolas: são descendentes de escravos, em sua maioria que fugiram das fazendas de cacau e se estabeleceram nas margens do rio Amazonas. Reivindicam suas origens e seus direitos há décadas. Apesar dos avanços garantidos pela constituição de 1988, que lhes garantiu o direito à propriedade definitiva das terras que ocupam, esse direito raramente lhes é assegurado. Seu modo de vida estabelece uma relação direta com a natureza, com a sua subsistência viabilizada a partir do rio e da terra. Na cidade, são comumente confundidos com ribeirinhos (apesar dos valores e costumes diferentes) e têm sua identidade e direitos negados. Suas rendas são complementadas com programas sociais e venda de peixe, açai e farinha nas feiras da cidade.

Há 400 famílias quilombolas residindo na cidade de Santarém, que são invisíveis para o Estado e para os produtores de soja que pretendem construir um porto nas margens do Rio Amazonas para a exportação da soja. A instalação desse porto afetaria a disponibilidade de peixes que abastecem diariamente as comunidades, e impactaria a navegação das pessoas que usam o rio como única forma de acesso à cidade. A articulação da comunidade suspendeu o licenciamento da obra porto até que os quilombolas sejam ouvidos.



Figura 07 e 08: Modo de vida Quilombola em Santarém.

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2016/06/o-quilombo-que-parou-um-porto/>

Quadro 01: Modo de vida ribeirinho, indígena e ribeirinho na cidade de Santarém (PA). Elaboração: Taynara Gomes.

A DISPUTA DAS DIFERENTES RACIONALIDADES PELO MESMO TERRITÓRIO

A economia da região foi construída a partir do extrativismo, através de diversos ciclos de produtos (drogas do sertão, borracha, juta, ouro, madeira). Isso definiu o padrão de dispersão dos caboclos e migrantes nordestinos em vilas seculares, que vem sendo re-significadas na medida em que a monocultura da soja, logística e produção imobiliária avançam no comando da dinâmica econômica. Esse processo manifesta o que Monte-Mor (2015) denomina de urbanização extensiva, com destaque para a vinculação ao modo de vida urbano pelo consumo, implosão dos espaços consolidados (centro) e explosão da cidade, na medida em que usos urbanos são dispersos pelo território, e se apropriam das aglomerações já existentes.

Décadas de conflitos entre os novos colonizadores e habitantes rurais geraram mediações nas políticas federais viabilizando a institucionalização de formas de vida da população tradicional (em assentamentos agroextrativistas, reservas extrativistas, florestas nacionais) que viabilizaram a permanência dessa população em pequenas comunidades próximas à cidade por décadas, mas no

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



âmbito da administração municipal tem sido mais comum o apoio a todas as iniciativas modernizadoras.

Localmente há alinhamento às tendências difundidas a partir das grandes metrópoles – de fragmentação, privatização, dispersão da cidade, com desvalorização de formas tradicionais de produção a partir da floresta e dos rios, assim como da vida cotidiana pautada por uma sociabilidade e uma forma de apropriação do espaço público.

Entre a modernização e a resistência muitos processos estão em curso na área de estudo. A expectativa de crescimento econômico a partir das novas dinâmicas eleva o preço da terra nas áreas disponíveis para urbanização adjacentes à área consolidada, ao ponto de gerar focos de verticalização, precarização das comunidades tradicionais urbanas, ocupação informal de áreas ambientalmente vulneráveis, expansão urbana formal sobre áreas de floresta, contestação de áreas demarcadas como assentamentos agroextrativistas por interesses imobiliários e assimilação das vilas e localidades habitadas por comunidades tradicionais como assentamentos dormitórios.

O conflito entre as diferentes racionalidades se manifesta em todas as escalas, e conta com a mediação de entidades do terceiro setor muito ativas (OnGs, Associações, Sindicatos) que contribuem para fortalecimento das resistências – permanência da população no local de origem, produção a partir do extrativismo, oferta de serviços a partir do uso criativo desses recursos o mercado urbano (festivais gastronômicos, eventos culturais). Contudo para a população vinculada à dinâmica urbana (administração pública, comércio, serviços, produção e exportação da soja) a capacidade de atendimento dos serviços públicos é baixa, as soluções de transportes não são compatíveis com as novas distâncias, há carência de espaços verdes e públicos com infraestrutura para a sociabilidade, a prática de esporte e o lazer, produzidos sob a ótica convencional, demonstrando que a transição econômica tem sido mais rápida do que a sócio espacial, o que oferece limitações sob a ótica da homogeneização, mas amplas oportunidades sob a ótica da diversidade e da inovação.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



É importante destacar que as comunidades tradicionais se organizam no território segundo um padrão de dispersão, não há registros precisos a respeito da proporção dessas etnias em relação à população total. O censo de 2010 identifica apenas indígenas urbanos. A figura 09 representa a distribuição dos assentamentos de populações tradicionais nas adjacências da cidade de Santarém. No caso de Santarém, a proximidade com a cidade permite que as comunidades se integrem econômica e socialmente à cidade. A produção de hortaliça abastece as feiras da cidade e os programas de abastecimento do tipo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além disso as comunidades promovem festivais que movimentam o turismo e dinamizam a economia na região, como o festival da farinha, da castanha, açaí, tacacá, mandioca, entre outros, cada um promovido por uma comunidade.

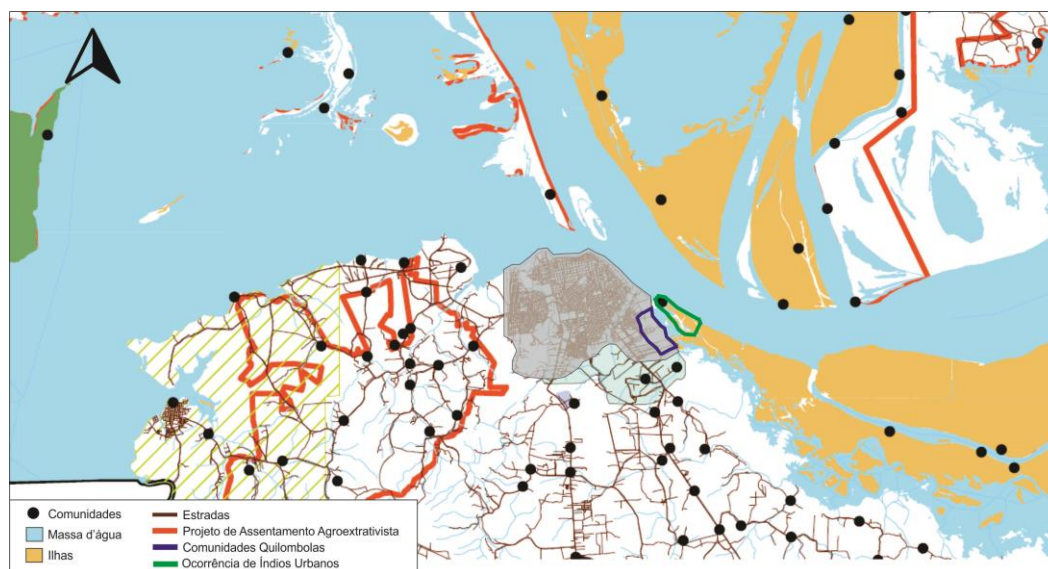


Figura 09: Localização das comunidades tradicionais em Santarém. Fonte: Sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém (STTR), 2016. Elaboração: Taynara Gomes.

A rede de comunidades e de instituições que as apoiam, constitui uma forma de resistência ao padrão hegemônico homogeneizante de expansão urbana da cidade, imposto pela dinâmica urbano-industrial. A forte identidade e capacidade de articulação e de arranjos institucionais motivou a seleção de quatro áreas de estudo na cidade, para avaliação de como as estruturas físicas e particularmente o espaço público respondem a essa dinâmica plural.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Em busca de qualidades dos espaços públicos aplicáveis ao caso de santarém

O campo da Arquitetura e Urbanismo oferece inúmeras abordagens capazes de dar suporte aos processos sócio espaciais comprometidos com a humanização da escala da cidade e com o respeito à paisagem e ao meio ambiente, contudo na área em questão as possibilidades de ação nesse campo são comprometidas tanto pela dificuldade de associação do repertório local ao repertório universalmente difundido por essa literatura (normalmente oriundo de outros países), quanto pela ação avassaladora de agentes econômicos, organizados em redes nacionais e globais para explorar as possibilidades de acumulação primitiva que uma área ainda não completamente convertida à lógica capitalista oferece, na medida em que é possível a conversão de floresta em produtos imobiliários (com preços equivalentes aos praticados em outras regiões do país), e a própria cidade vem sendo transformada em objeto de acumulação do capital.

Feitas essas ressalvas, o texto procura suporte em autores seminais do desenho urbano para selecionar que atributos espaciais devem ser analisados quando se pensa na formulação de diretrizes de planejamento urbano e ambiental para a área de estudo.

A associação da cidade tradicional à escala humana, à capacidade de deslocamento à pé e de bicicleta, e à processos topológicos e afetivos motivou o resgate de estudos mais antigos, tais como os de Cullen (1978) que apresenta a ideia de análise da paisagem através de sequências visuais, e capacidade destas favorecerem ou inibirem comportamentos, e de Lynch (1999) que destaca a percepção do usuário da cidade a partir de qualidades urbanas muito ligadas à análise visual: legibilidade, identidade, estrutura, significado e imageabilidade. Outra obra recuperada foi a de Bentley (1999), que defende que o espaço deve responder às necessidades da população, com destaque para sete qualidades que podem ser geradas pelo desenho dos edifícios e dos espaços públicos: permeabilidade, variedade, legibilidade, versatilidade, imagem apropriada, riqueza perceptiva e personalização, capazes de gerar vitalidade.

Apesar desses estudos espaciais serem oriundos de sociedades mais avançadas em termos sócio ambientais, onde a difusão do consumo foi acompanhada por conquistas de cidadania ainda distantes no contexto amazônico, a investigação das qualidades espaciais foi assumida como recurso metodológico interessante para o estudo exploratório dos espaços tradicionais amazônicos, que mantém práticas de sociabilidade e relações de interdependência com a base biofísica (solo, águas, vegetação).

Essa vinculação entre comunidade e base biofísica justificou a revisão de McHarg (1969) e de Spiro (1995), devido a maneira como ambos difundiram a compreensão do ambiente natural



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



(morfologia, clima, ecologia) para a definição de padrões de ocupação, e estabeleceram parâmetros para a engenharia de paisagem, urbanismo e paisagismo. No contexto norte americano características funcionais do suporte físico passaram a condicionar o assentamento urbano, tais como o clima do lugar, os ecossistemas existentes, assim como os valores sociais e culturais atribuídos ao local, os padrões de ocupação antrópica e tendências e possibilidades de expansão, pelo grau de processamento das estruturas ambientais existentes e pela conveniência de sua transformação a médio e curto prazo.

Contudo, se o contexto tradicional viabiliza a integração entre pessoas e meio ambiente, uma nova experiência urbana foi criada (baseada na escala do automóvel) a partir da rápida difusão de veículos motorizados para a mobilidade no território, associada à vida moderna e a um maior dinamismo econômico.

Sob essa perspectiva Ghel (2009) destaca que a permanência das pessoas em espaços públicos está associada à realização de atividades necessárias (ir ao médico, pegar um ônibus), atividades opcionais e sociais (precisam de condicionante externo favorável e desejo de fazê-los – passear na praça pelo ambiente e paisagem agradável), e sociais, que dependem da presença de outras pessoas para acontecer – jogar, brincar, conversar entre outros, e que demandam espaços públicos de qualidade, capazes de oferecer maior diversidade para a população. Segundo o autor, “[...] cuidar das pessoas na cidade é fator essencial para obtenção de cidades vivas, mais seguras, sustentáveis e saudáveis”. É através dos espaços públicos com qualidades urbanas como mobilidade, flexibilidade de uso, equilíbrio ambiental e sustentabilidade implica em produzir cidades vivas. “[...] nas cidades com qualidade de vida, que convidam ao convívio e valorizam as relações sociais, os espaços livres públicos devem ser prioridade”. (GHEL, 2013, p. 19).

A partir dessa revisão de literatura a pesquisa assumiu como categorias de análise as qualidades de identidade, segurança, atratividade e imagem apropriada, conforme definidas no quadro 02.





IDENTIDADE

Qualidade que permite reconhecimento do lugar com entidade autônoma, e que favorece a percepção e a formação de imagem, seja a partir de elementos constituintes do meio físico ou do espaço construído, ou de formas específicas de apropriação social dos lugares.

SEGURANÇA

Qualidade observada em espaços onde a **circulação das pessoas** favorece a presença de mais pessoas em quaisquer horários ou dias da semana.

ATRATIVIDADE

Qualidade de espaços públicos considerados saudáveis, com capacidade de estímulo ao seu uso (eventual ou permanente) conferida por seus atributos naturais e/ou construídos. Associada à centralidade e capacidade de polarização, e à constituição de gradientes de transição entre os espaços públicos e privados

IMAGEM APROPRIADA

Qualidade que permite a compreensão do espaço (forma) e a apreensão dos seus significados (sócio culturais)

Quadro 02: Qualidades Urbanas selecionadas para análise dos recortes. Elaboração: Kamila Diniz, 2016.

O Estudo De Caso

O município de Santarém é composto por seis bacias hidrográficas, cujos rios viabilizaram o sustento e a mobilidade da população, e destacaram a cidade pela sua localização estratégica a meio caminho entre as duas metrópoles regionais (Belém e Manaus). A Figura 10 mostra como os rios penetram na área urbana e dão suporte para comunidades ribeirinhas, como a do Mapiri, que tem sua organização e atividades altamente dependente do tempo de “cheias” dos rios. O advento das rodovias modificou padrões de mobilidade e possibilitou a introdução de novas práticas econômicas orientadas para a exploração do meio ambiente, orientadas por uma economia de mercado, que passaram a disputar o espaço da cidade com as práticas tradicionais.

O objetivo de apoiar uma ação urbanística mais qualificada no espaço público, de modo a preservar identidade e qualidades associadas à boa condição de vida motivou pesquisa bibliográfica



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



sobre a formação e as condições sócio econômicas da cidade e pesquisa de campo realizada em quatro áreas distintas. As áreas de estudo foram selecionadas por representarem/expressarem a realidade do contexto urbano clássico, a área central, e das comunidades ribeirinhas, duas áreas periféricas ocupadas por populações tradicionais (ribeirinhos e quilombolas), e uma vila periurbana de população extrativista.

As quatro áreas assinaladas na figura 10 contam com alguma conexão com rios, lago ou igarapé e tiveram seus espaços públicos caracterizados a partir de: a) observações e levantamentos do fluxo de pessoas e veículos nos espaços livres (praça, campo de futebol, orla), b) levantamento dos padrões de uso e ocupação do solo, c) registro em croquis da organização espacial, d) entrevista e c) levantamento fotográfico. As contagens de fluxo de pessoas e veículos e a observação do uso e apropriação social dos espaços foram realizadas em dois turnos abrangendo horário comercial e não comercial (fim da tarde). Esses dados possibilitaram a investigação de parâmetros de qualidades urbanas destacados da literatura (atratividade, imagem apropriada, segurança, identidade e personalização) e a comparação das áreas. As pesquisas foram complementadas com uma breve análise das características físicas, biológicas e sociais dos espaços selecionados.

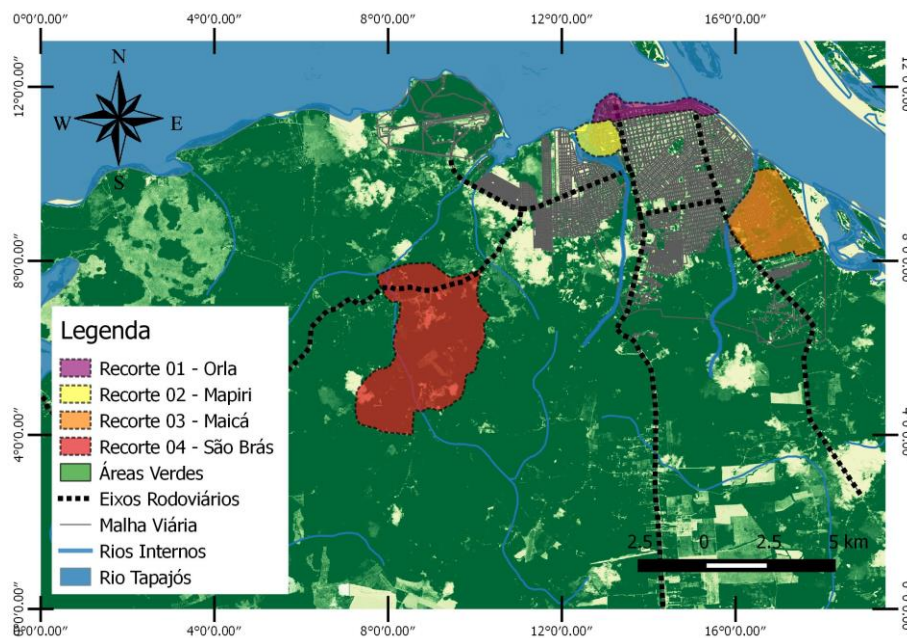


Figura 10: Localização dos recortes no município, eixos rodoviários criados e rios internos. Fonte: Base do IBGE, 2010. Elaboração: Kamila Diniz.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



<p>Recorte 01 – Orla Ocupação Tradicional Uso predominantemente comercial (centro comercial e turístico) Infraestrutura consolidada Malha viária – eixos bem regulares Polo exportador de Soja – Cargill Espaços públicos definidos e regulados pelo modelo de cidade industrial (praças e orla)</p>	<p>1 2 3</p>
<p>Recorte 02 – Mapiri Comunidade Ribeirinha Ocupação Irregular Uso predominantemente residencial Pesca e turismo Baixa infraestrutura Malha viária – eixos regulares e irregulares Espaços públicos regulados e não regulados pelo modelo de cidade industrial (praças, campo de futebol e orla)</p>	
<p>Recorte 03 – Maicá Comunidade Quilombola Ocupação Irregular Uso predominantemente residencial Pesca e agricultura Precária infraestrutura Malha viária – eixos regulares e irregulares Poucos espaços públicos regulados e não regulados pelo modelo de cidade industrial (praças, campo de futebol e orla)</p>	
<p>Recorte 04 – São Brás Comunidade Extrativista Ocupação Vernácula Uso predominantemente residencial Agricultura e turismo Infraestrutura coletiva Malha viária – eixos irregulares Ausência de delimitação de lote Espaços públicos regulados e não regulados pelo modelo de cidade industrial (praças, campo de futebol e orla)</p>	

Quadro 03: As análises dos recortes. Fonte: Base do IBGE, 2010. Elaboração: Kamila Diniz.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



A pesquisa partiu da comparação dos usos, dinâmicas, apropriação social e o tipo de relação que cada recorte possui com a natureza, buscando identificar os pontos comuns e as diferenças de cada área estudada. A orla do rio Tapajós (recorte 1) é uma área comercial de ocupação tradicional portuguesa que apresenta uma concentração portuária (Porto de Santarém – CDP e Porto da Cargil) e estrutura viária ortogonal. A relação com o rio nessa área ocorre majoritariamente através do intenso fluxo de comércio, chegada e saída de mercadorias durante o dia, e é um espaço para contemplação no final de tarde e início da noite. A orla é um projeto que foi inaugurado na cidade em 2001 e é a reprodução típica do gabarito de orlas (área portuária + calçadão + área para esportes + comércio voltado para o turista) que não leva em consideração nenhuma especificidade do lugar. A presença predominante de comércio (pequeno e grande porte) nessa área faz com que o movimento fora do horário comercial seja menor e conseqüentemente o uso dessa área menos intensa por questões de segurança. A orla do rio Tapajós é uma das principais áreas de lazer da cidade e um forte ponto turístico, com trapiche e restaurante, mas busca atender a público específico e seu fluxo se restringe a um período (final de tarde) do dia e se intensifica aos finais de semana. A apropriação da praça é maior por idosos durante o dia.

Em comparação a situação anterior, a orla do lago do Mapiri (recorte 2) apresenta uma dinâmica completamente diferente da orla do Tapajós. É possível encontrar a dinâmica genuinamente ribeirinha nessa região, pois o lago atende a população dos bairros do entorno. O Lago do Mapiri é formado por e tem como único afluente, o igarapé Irurá, que nasce na serra do Piquiatuba e deságua no lago e o mantém alagadiço todo ano, para somente depois chegar ao Rio Tapajós. O igarapé garante a perenidade do lago durante o verão, a estação seca. O Irurá assim como o Lago, tem seu curso inserido dentro da malha urbana da cidade, localizado no principal vetor de crescimento da cidade, a BR – 163.

A comunidade ribeirinha do lago vive da pesca, em épocas de cheia, e do turismo viabilizado pela praia do Maracanã. A relação homem – natureza é direta, observada nas práticas naturais, harmônicas e simples. A comunidade apresenta dois tipos de espaços públicos, a praça de formato retangular pequeno, com casas lindeiras, o que torna o espaço mais acolhedor e íntimo. A pequena praça com pouco arborização é usada para recreação e atividades da festividade da paróquia do Menino Jesus. A outra área, corresponde ao espaço entre o lago do Mapiri e o muro de contenção. Esta faixa de areia é formada pela variação da calha do rio entre o período chuvoso e de seca, nela se monta um campo de futebol improvisado, utilizado por crianças e adultos. Esta área apresenta



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



configuração espacial de espaço público diferente da estabelecida com as praças, mas mantém as mesmas condições de uso, apesar de estrutura distinta.

O lago está sofrendo com a desmatamento da sua mata ciliar nativa, provocando assoreamento. Nos últimos anos a região do lago vem sendo ocupada informalmente por outros grupos sociais, constituindo espaços de precariedade que contaminam e alteram o ecossistema local.

A orla do lago do Maicá (recorte 3), está localizada mais a sudeste do município e corresponde aos bairros mais carente e marginalizados, são eles Maicá, Perola do Maíca, Jutaí, Diamantino, entre outros, também são resultado do processo de expansão. Sofrem influência da PA – 370, rodovia Curuá – Una que liga a Hidrelétrica da região e o rio Urumari. Nessa região encontram-se 7 comunidades quilombolas e 3 comunidades indígenas.

Esse recorte encontra-se em “terra firme”, mas possui áreas “alagadiças” que, dependendo da época do ano, sofrem pequenas inundações decorrentes da cheia dos igarapés lá existentes e do lago que o circunda. Enquanto que nas áreas consideradas mais fecundas, há produção de hortaliças que é utilizada e comercializada pelos moradores, nos quintais das casas e nos terrenos vazios, percebe-se pequenas criações de galinha e de gado.

A rodovia é um dos principais eixos da cidade e contem inúmeros comércios, como olarias e madeireiras nas margens, ambos presentes nessa área. A área é predominantemente residencial, onde o tamanho dos lotes permite a prática da agricultura de subsistência. Os quilombolas mantêm o modo de vida tradicional e o cultivo da terra, com organização e trabalho diferente da sociedade do capital. São marginalizados e comparados aos moradores de assentamentos informais pelos habitantes das áreas mais consolidadas da cidade.

A rede de espaços públicos do Maicá resume-se na estrutura de ruas, rodovia Curuá – Una e pequenas praças localizadas nas esquinas de quadra. Esses espaços apresentam pouca infraestrutura, com calçadas e vias pavimentadas além de pouca arborização. A presença de quadras com ruas transversais e perpendiculares também são comuns. Vários campos de futebol, responsáveis pela alegria dos moradores no final da tarde, contribuem para a composição da paisagem, assim como diversos terrenos desocupados com “mato alto”.

A região vem sofrendo forte pressão capitalista para a implantação de novo porto para cidade. Esse empreendimento afetará diretamente as comunidades da área e o grande potencial arqueológico existe. Além dos impactos socioambientais como o desaparecimento da vegetação nativa, extinção de animais da fauna. O impacto desse novo porto afetará diretamente a vida de



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



1500 pescadores que sobrevivem dessa dinâmica de interação direta com o rio, além das famílias que praticam agricultura de subsistência.

A última área analisada corresponde a comunidade de São Brás (recorte 4), uma das comunidades extrativistas mais importantes de Santarém. Está localizada as margens da estrada Santarém – Alter do Chão, PA – 457, Rodovia Everaldo Martins. A comunidade assim como o igarapé existente receberam a mesma dominação após a implantação da Paróquia de São Brás e centro de treinamento do São Brás Esporte Clube. A comunidade faz parte do projeto de assentamento agroextrativista (PAE).

Desde o início a população sempre trabalhou com a terra, cultivando hortaliças, mas com o decorrer dos anos e com a implantação de infraestrutura básica, as dinâmicas mudaram. A comunidade está perdendo a predominância na agricultura (arroz, mandioca e outros). A infraestrutura urbana provocou alteração na utilização da terra, o que antes tinha um valor pelo uso social do espaço atualmente tem seu valor atribuído a possibilidade de consumo, a exemplo dos vários balneários que aproveitam a beleza natural do igarapé e estrutura estabelecida.

O diferencial da comunidade é sua organização espacial tanto na rede de espaços públicos e delimitação de propriedade. Nas comunidades extrativistas a ideia de coletividade é muito forte, o espaço público predomina sobre o privado, a vida acontece a partir do espaço comunal. A associação dos moradores é bem estruturada e as decisões são tomadas em prol do comum. A comunidade toma iniciativas para a solução dos seus problemas como a construção do microssistema de água, hoje já ampliado pela prefeitura de Santarém. Os lotes não estão delimitados, porque o espaço é comum a todos. A rede de espaços públicos existe mas não apresenta um limite específico, não existem barreiras, como as praças do centro da cidade. A principal área pública é o campos de futebol, espaço de múltiplo uso, onde crianças e adultos se divertem e são realizadas as festividades da comunidade, como Festival do Tacacá e a Festa do Padroeiro.

A estrutura espacial dos espaços públicos do Mapiri e de São Brás apresenta carência de infraestrutura técnica, como calçamento, equipamentos públicos e outros em comparação a orla do rio Tapajós no centro de Santarém. Apesar de distintas, as áreas revelam experiências de usos similares, e qualidade urbanísticas consideradas, a partir da literatura selecionada, como ideais para a vida nas cidades.

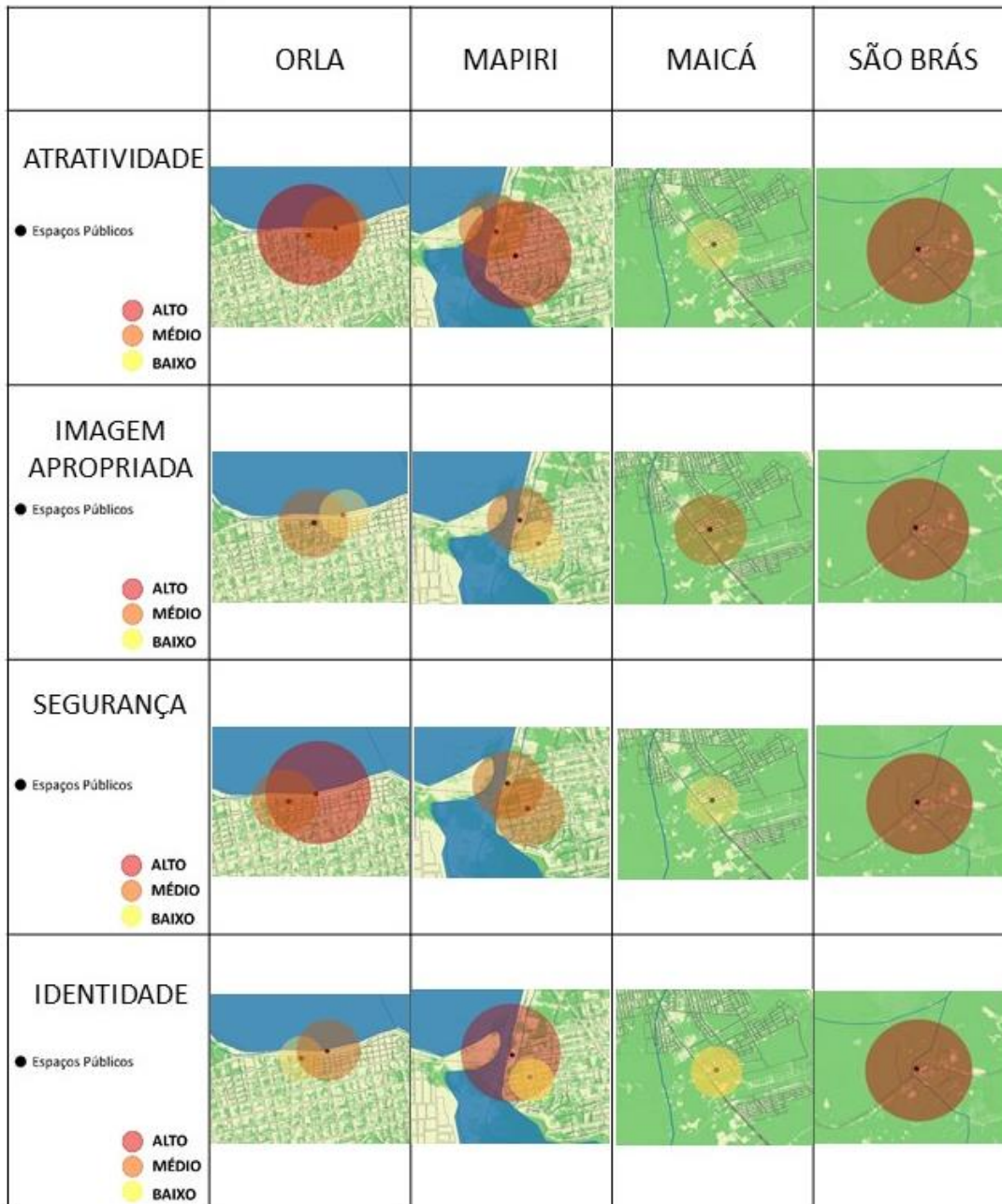
A sobreposição das contagens às entrevistas realizadas e às percepções e observações de campo permitiram a classificação desses espaços públicos no quadro 03 através do uso em cores correspondentes aos graus de urbanidade (atratividade, imagem apropriada, segurança, identidade)



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



de cada um dos espaços públicos. Foi possível elaborar uma comparação entre cada uma dessas qualidades com o objetivo de analisar o comportamento de cada espaço.



Quadro 04: As análises das qualidades urbanas. Fonte: Base do IBGE, 2010. Elaboração: Kamila Diniz.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



A comunidade extrativista São Brás apresentou o melhor desempenho, seguido pela comunidade ribeirinha Mapiri, a Orla do centro da cidade e por último a região do Maicá. A comunidade São Brás revelou os mais altos níveis das categorias selecionadas que caracterizam a qualidade urbana, apontando a articulação do espaço tradicional com a natureza e a sociabilidade de seus moradores que utiliza esses espaços públicos.

A orla do rio Tapajós, no centro da cidade, apresenta características de níveis médios associados com as contagens cruzadas, os croquis elaborados e as qualidades analisadas, esse espaço mostra a força da estrutura econômica, com a destruição do espaço natural. A nova lógica industrial busca a substituição do modo de vida tradicional apoiada por práticas ligadas à acumulação de capital através de propostas de desenvolvimento econômico que busca valorizar o uso da terra.

Considerações Finais

A diversidade espacial encontrada na cidade de Santarém é fruto de um processo muito antigo de ocupação do território. A dispersão sempre foi a lógica dominante, em função da necessidade de abastecimento e segurança utilizando o bioma como principal recurso. A aglomeração é a novidade. A aglomeração é o padrão que começou a surgir após uma série de intervenções e que resultou na formação da Região Metropolitana de Santarém. A constituição dessa região metropolitana se deu a partir de arranjos institucionais para viabilizar recursos para a área e não através da conurbação de cidades, maneira como classicamente as RMs se formam. Em Santarém, o que surge é uma variante de Região Metropolitana, pois além das sedes das cidades, as comunidades, vilas e localidades são incorporadas. São modos de vida indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativista e migrantes convivendo no mesmo território e impactados com a mesma política apesar das suas diferentes dinâmicas.

Analisando essas diferentes dinâmicas é possível perceber o quanto os espaços de ocupação mais tradicionais apresentam mais vitalidade e atratividade. Nesses espaços acontecem a “festa”, o encontro, a reprodução social da vida, diferente dos espaços que são produzidos a partir de um padrão exógeno. A qualidade de vida urbana é muito maior quando a população consegue se relacionar com a natureza, consegue se locomover sem precisar do automóvel, obtém o lazer a partir de práticas comuns e relações de vizinhança. Essas características permitem a apropriação do espaço e o surgimento de uma identidade cultural relacionada a essas práticas sociais.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



REFERENCIAS

BENTLEY, I., ALCOCK, A., MURRAIN, P., MCGLYNN, S., SMITH, G. **Entornos Vitales**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. **O Rural e o Urbano na Amazônia, Diferentes Olhares em Perspectivas**. Editora Universitária UFPA, Belém, 2006.

CULLEN, G. **El Paisaje Urbano: tratado de estética urbanística**. Barcelona: Blume, 1978.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 1º edição. São Paulo: Perspectiva, 2013. 19 p.

GHEL, Jan. **La Humanización del Espacio Urbano. La Vida Social Entre los Edificios**. Barcelona. Reverte, 2009.

LYNCH, K. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.

McHARG, Ian L. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1971.

MONTE-MOR, R. **Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano**. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, pp. 55-70.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito**. São Paulo: EDUSP, 1995.

